

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LUIZ RENAN LIANDRO DE OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS: A
desconstrução da opressão invisibilizadora**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

LUIZ RENAN LIANDRO DE OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS: A
desconstrução da opressão invisibilizadora**

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Joaquim Iarley Brito Roque

LUIZ RENAN LIANDRO DE OLIVEIRA

**REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NAS ESCOLAS: A
desconstrução da opressão invisibilizadora**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 07/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientador: PROF. DR. JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE

Membro: PROF. ME. FRANCISCO FRANCINETE LEITE JÚNIOR

Membro: PROF. ME. INDIRA FEITOSA SIEBRA DE HOLANDA

Reflexões sobre a diversidade sexual e de gênero nas escolas: A desconstrução da opressão invisibilizadora

RESUMO

O presente artigo analisa, a partir da literatura, a composição da diversidade que integra o ambiente escolar e quais as possíveis atuações da psicologia dentro desse contexto. Investiga-se assim, a construção social de processos que negligenciam e discriminam a diversidade de gênero e sexualidade no contexto escolar. Compreende-se que, existe uma significativa percentagem de evasão escolar relacionada a pessoas que não pertencem ao padrão binário de gênero e sexualidade. Portanto, analisar a causalidade de tais fenômenos é imprescindível, principalmente considerando o Brasil como um dos países que mais violentam a comunidade LGBTQIAPN+, e como isso afeta a saúde mental dessa população. Portanto, a psicologia possui diretrizes e ferramentas que precisam estar alinhadas ao combate e desconstrução de tais processos opressivos. O método utilizado para realização da pesquisa foi uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo, de cunho qualitativo dos dados objetivando apresentar a atuação do psicólogo escolar relacionado a discriminação de gênero e sexualidade nas escolas. Por fim, o direito de expressão e presença da comunidade LGBTQIAPN+ nas escolas, apontam a necessidade de uma atuação ativa e constante da psicologia vinculada aos demais grupos sociais que compõem os contextos desses sujeitos, como a escola e família, visando possibilitar reflexões e ações que desconstruam esses processos opressivos.

Palavras-chave: Educação. Psicologia Escolar. Gênero. Sexualidade. Inclusão.

ABSTRACT

Based on the literature, this article analyzes the composition of the diversity that makes up the school environment and what possible actions psychology can take to include these variations. It investigates the social construction of processes that neglect and discriminate against gender and sexual diversity in the school context. It is understood that there is a significant percentage of school dropouts related to people who do not belong to the binary pattern of gender and sexuality. Therefore, analyzing the causality of such phenomena is essential, especially considering that Brazil is one of the countries with the most violence against the LGBTQIAPN+ community, and how this affects the mental health of this population. Therefore, psychology has guidelines and tools that need to be aligned with combating and deconstructing such oppressive processes. The method used to carry out the research was bibliographical, descriptive and qualitative, with the aim of presenting the role of school psychologists in relation to gender and sexuality discrimination in schools. Finally, the right to expression and the presence of the LGBTQIAPN+ community in schools point to the need for an active and constant role for psychology linked to the other social groups that make up the contexts of these subjects, such as the school and family, in order to enable reflections and actions that deconstruct these oppressive processes.

Keywords: Education. School Psychology. Gender. Sexuality. Inclusion.

¹LUIZ RENAN LIANDRO DE OLIVEIRA. Email: luiz.oliveira1@edu.ce.senac.br

²PROF. DR. JOAQUIM IARLEY BRITO ROQUE. Email: joaquimiarley@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo compreender e discutir os processos de discriminação e estigmatização relacionados às vivências de indivíduos no contexto educacional, mais especificamente nas escolas, na dimensão da orientação sexual e identidade de gênero, visando assim analisar as possíveis intervenções e contribuições da psicologia nos processos de inclusão e integração. O estudo é construído a partir da pergunta de pesquisa: “Qual a atuação da psicologia diante os processos de inclusão de gênero e sexualidade nas escolas?”.

Tal estudo justifica-se a priori pela aproximação pessoal com as questões de gênero e sexualidade, tal inclinação intensificou-se e ganhou novas perspectivas diante da prática de estágio obrigatório em ênfase na área de processos educacionais. Diante da atuação profissional, a partir de uma ótica empática e intervenções, foi possível visualizar o cotidiano dos estudantes em determinada instituição de ensino, especialmente em relação a questões envolvendo discriminação e estigmatização vivenciadas e relatadas pelos sujeitos que se identificam como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+. Tais falas eram acompanhadas de uma intensa carga de sofrimento psíquico, que causaram provocações sobre estudos e pesquisas referentes ao papel da psicologia mediante tal temática, e sobre seu funcionamento dentro do contexto escolar.

Portanto, o interesse acadêmico sobre o entendimento científico e ético de questões que se relacionam diariamente com as práticas do profissional da psicologia e também com o manejo dos profissionais da área escolar, diante de questões de gênero e sexualidade, é consideravelmente relevante não somente para o próprio processo de formação do psicólogo, como também para a construção de um enriquecimento quantitativo e qualitativo de pesquisas que englobem tais contribuições para a área.

Para além do desenvolver da prática clínica com esses sujeitos que estão à margem, se faz também necessário debruçar-se sobre os estudos que investiguem e problematizem os hábitos que promovem tais fenômenos de origem discriminatória e como isso reflete na dimensão psíquica em uma perspectiva individual e também coletiva. Tal justificativa respalda-se no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), que ressalta sobre o desenvolver da atuação em todos os lugares em que a existência humana está presente, trabalhando questões sociais que motivam o sofrimento humano e utilizando de práticas sociais, que deve se fazer de forma politicamente engajada e comprometida com os direitos humanos.

2 METODOLOGIA

Buscou-se desenvolver uma pesquisa bibliográfica acerca do tema “a discriminação e estigmatização quanto à diversidade sexual e de gênero nas escolas”, utilizando enquanto base de dado o Google Acadêmico contendo 11 dos artigos pesquisados e 5 artigos da base de dados Scielo. Os descritores utilizados para a pesquisa são *Educação*; *Psicologia Escolar*; *Gênero* e *Sexualidade*. O material selecionado, envolvendo livros e artigos científicos, foi submetido ao critério de inclusão ter sido publicado nos últimos dez anos. Portanto, os estudos para fundamentar a pesquisa serão guiados através dos materiais publicados acerca da psicologia escolar, se correlacionando com as problemáticas referentes aos processos discriminatórios e segregacionistas direcionados à comunidade lésbica, gay, bissexual, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais, assexuais, pansexuais, não-binária + (LGBTQIAPN+).

A análise de um contexto, a definição de um problema e as questões direcionadoras dão início ao processo de pesquisa científica, proporcionando a busca de materiais que fundamentem o estudo sobre determinada temática em bases bibliográficas. Portanto, a pesquisa bibliográfica insere-se prioritariamente no meio acadêmico com o objetivo de aprimorar e atualizar o conhecimento, por meio do estudo científico de trabalhos publicados relevantes para conhecer e analisar o tema e o problema da pesquisa (Andrade, 2010).

O presente estudo tem caráter descritivo que, segundo Beuren (2006), enfatiza a descrição de características populacionais ou a definição de possíveis correlações entre as variáveis do estudo. Este tipo de pesquisa parte de uma questão identificada e descreve fenômenos observados dentro daquela realidade, de forma criteriosa. Deste modo, é possível dar espaço para a definição de novas perspectiva sobre a temática já conhecida (Augusto *et al.*, 2013).

A pesquisa qualitativa, enquanto método escolhido para o desenvolvimento do estudo sobre a problemática, pode ser entendido como um método utilizado para reconhecer as vertentes que não podem ser quantificadas, ou seja, este tipo de estudo é construído a partir das significações, das motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

A pesquisa científica está inserida entre as principais ferramentas utilizadas na construção e atualização de conhecimentos em todo campo da ciência (Bastos; Keller, 2015). Com isso, nesta pesquisa, pretende-se, através da pesquisa bibliográfica, discorrer, investigar e ampliar os conhecimentos a partir de estudos já publicados acerca da temática específica.

Partindo da compreensão da dinâmica que se estabelece, e das relações interpessoais decorrentes do processo, pode ser possível pensar no propósito da atuação da psicóloga visando a possibilidade de compreender o sujeito, bem como desenvolver uma atuação que possibilite

o seu bem-estar. Para ser desenvolvido esse processo, é necessário primordialmente compreender sobre como o olhar da psicologia tem relevância nesse sentido, assim como as suas possíveis intervenções e também limitações diante esse contexto.

3 CONTEXTO ESCOLAR E PSICOLOGIA

A psicologia, como uma ciência amparada pelo estudo e as práticas diante a saúde mental do sujeito, busca compreender as nuances que fundamentam a subjetividade e os enfrentamentos do ser em convívio social. Assim, em meio as interações e ao cotidiano dos indivíduos em seus diferentes contextos, é possível visualizar que as demandas psíquicas podem estar presentes nas relações interpessoais, no trabalho, no âmbito familiar e/ou nas escolas. Logo, na perspectiva de compreensão dos campos emotivos, afetivos, psicopatológicos e psicossociais, na interligação do sujeito e a psique, reitera-se a presença indispensável do profissional da psicologia em todos os contextos e realidades do sujeito (Facci, 2015).

Partindo do campo da educação, as realidades presentes e os conhecimentos teóricos e práticos da psicologia, dialogam e se auxiliam. Torna-se relevante compreender que as instituições escolares e os demais locais de ensino são ambientes que englobam uma vastidão de indivíduos, onde nesse contexto estão expostos e integram os fenômenos de adoecimentos psíquicos. Com isso, esses espaços apresentam altos índices de demandas psicológicas, que podem surgir atreladas à várias questões (Patto, 2015).

A autora acima citada discorre acerca de como os processos de aprendizagem, as interações sociais, os marcos de desenvolvimento, entre outros fatores externos como o *bullying*, dialogam entre si. Ou seja, compreende-se que as demandas que emergem nas escolas não estabelecem relações à apenas uma vertente específica, apenas correlacionando os problemas de aprendizagem às patologias, por exemplo, mas sim de forma dialética com diversos aspectos (Patto, 2015).

Então, neste contexto, se faz dificultoso e desinteressante o distanciamento entre a rotina escolar dos estudantes e os seus conflitos, questionamentos e experiências cotidianas, onde o aluno acaba por levar para dentro da instituição de ensino e muita das vezes para a própria sala de aula, questões consideradas distantes do foco de aprendizado formal. Como por exemplo, o distanciamento dentro da unidade familiar, os questionamentos acerca da sua própria identidade, a autocobrança excessiva de “quem eu serei neste mundo”, assim como também os dilemas diversos de perspectiva econômica, situações de estresse, eventos traumáticos e violências (Patto, 2015).

Algumas destas situações vivenciadas pelos estudantes são consideradas fatores de risco para o aparecimento de transtornos mentais, especialmente se considerado essas conjunturas pela intensidade e frequência. Portanto, aponta-se o crescimento de tais confrontos dentro do contexto escolar, fazendo-se necessário dialogar e trabalhar essas problemáticas dentro da instituição, ao invés de tentar distanciá-las e/ou silenciá-las (Pesce *et al.*, 2004).

De forma a ir contra o silêncio deste silenciamento, encontra-se o profissional da psicologia que dentre os serviços ofertados no âmbito escolar, cita-se o aconselhamento, as escutas individuais e as dinâmicas grupais, além do plantão psicológico. Este último sendo uma ferramenta utilizada para ampliar a atuação do psicólogo, como meio de contemplar e acolher as situações emergentes que provocam e ameaçam a estabilidade do sujeito (Andrada, 2005).

De acordo com a necessidade individual de cada caso, questões diversas podem surgir, as quais o plantão psicológico poderá não contemplar tanto pelo método pontual e eventual, quanto pela periodicidade curta do processo. Assim como, também deve ser visualizado a proporção da intensidade do sofrimento e a necessidade do contato com outras ciências como a psiquiatria, por exemplo (Zibetti; Souza; Queiróz, 2010).

As autoras supracitadas afirmam que as questões podem ser identificadas e, de acordo com a necessidade, pode surgir encaminhamentos para outros profissionais, proporcionando para o sujeito um acompanhamento apropriado em um equipamento que contemple a demanda. Portanto, é importante reiterar que o ambiente escolar não é apropriado para a modalidade de psicoterapia individual, pois trata-se de uma área onde as intervenções devem ser voltadas para o auxílio nos processos educacionais e como ponte entre o sujeito e a saúde mental.

O profissional da psicologia dentro das escolas possui propriedade para identificar demandas que necessitam de um acompanhamento a curto ou longo prazo e está entre suas competências o encaminhamento para outros serviços quando necessário, como também está dentro de suas competências, construir ligações entre a escola e os equipamentos que virão a auxiliar com as determinadas demandas, de maneira intersetorial (Zibetti; Souza; Queiróz, 2010).

A participação e promoção de espaços de diálogos entre os integrantes do ambiente institucional escolar é uma das principais possibilidades de intervenção do psicólogo, possibilitando a humanização e sensibilização dentro deste contexto. Estudantes, corpo docente, profissionais da educação, professores e também a comunidade e a família, são personagens fundamentais para acontecer os processos de aprendizagem e também como estes dialogam com as questões pessoais dos sujeitos (Maluf, 2003).

Costa-Lopes *et al.* (2008) afirmam que a escola também pode ser entendida como um dos primeiros grupos sociais onde o indivíduo está inserido, de forma que influencia primordialmente no repertório comportamental. De maneira que, em uma perspectiva estruturada, pode ser um espaço que adota a tentativa de adequar o sujeito, desde sua infância, especificamente ao padrão social do que é ser ou agir como homem ou como mulher, através de práticas binárias e segregacionistas.

Com isso, a construção social sobre as questões de gênero e sexualidade nas escolas são acompanhadas de imposições que moldam e estabelecem, desde pronomes até comportamentos, vestimentas e interações, a qual privam o direito de escolha do próprio sujeito definir para si o certo e o errado, entre seus próprios hábitos cotidianos e desejos autênticos, ao deparar-se com a dimensão sexual e de gênero (Madureira, 2007).

4 A COMUNIDADE LGBTQIAPN+ E SUAS AFETAÇÕES PSICOSSOCIAIS

Considerando a diversidade que transita nos ambientes de ensino, é importante pensar que as pessoas que integram a comunidade LGBTQIAPN+ estão sujeitas a situações embasadas no preconceito, com consequências fisiológicas diretas e desfechos psicológicos negativos. Com isso, existe uma relação significativa entre experiências de discriminação, expectativas de rejeição e homofobia ou transfobia internalizadas. Portanto, podemos entender que os impactos não são apenas simbólicos e subjetivos, mas chegam também a ser materiais e concretos, pois são indivíduos que sentem o ódio e a incompreensão na prática cotidiana (Herek; Garnets, 2007).

Olweus (2013) declara que situações embasadas na estigmatização e discriminação são também fatores essenciais para compreender o sofrimento psíquico das pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, já que partindo deste viés de violência, podemos visualizar o ser humano por duas perspectivas: considerando o agente agressor e outro viés, que é o da vítima da agressão. Portanto, podemos considerar que os dois agentes vivenciam cargas de sofrimento, em perspectivas diferentes. Em um lado, a vítima do preconceito, sofre pra dentro: ele internaliza a reação. Além disso, podemos visualizar o agressor externalizando isso, ele coloca pra fora e reage erroneamente usufruindo de comportamentos agressivos intencionais e repetitivos. Essa produção de violência se refere a um fenômeno complexo, dinâmico, multifacetado e multicausal, também com raízes em questões de ordem macro sociais e econômicas.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o significado de violência condiz à imposição de um grau significativo de dor e sofrimento evitáveis (Brasil, 2014). Além disso,

entende-se comumente a violência através de uma perspectiva unilateral, onde parte de um sujeito que agride fisicamente um outro indivíduo, também conhecida como violência interpessoal. Porém, este tipo de comportamento pode se apresentar de forma ampla, possuindo diferentes tipos que são de relevante compreensão.

Dentre as diferentes formas, ressalta-se o conceito do fenômeno denominado violência autoinfligida, que pode ser entendida como a violência contra o próprio indivíduo, podendo ser visualizada através de comportamentos suicidas, autolesões, autodepreciação e também a violência coletiva, que tem como agressor os grupos maiores, como estados, milícias, organizações terroristas, crime organizado e outros (Brasil, 2014).

Já acerca da violência interpessoal, o documento citado compreende que esta pode se apresentar não apenas como a violência física, mas também na perspectiva moral e psicológica, podendo estar presente no contexto familiar e comunitário, a que ocorre fora do lar entre indivíduos com algum tipo de relação, por exemplo, nas relações que se configuram no ambiente escolar (Brasil, 2014).

Dialogar sobre a violência nas escolas é também falarmos acerca da presença da diversidade de gênero e sexualidade que integram este ambiente e que são vítimas de diversos tipos de violência. Para melhor compreender tal perspectiva e a relevância da problemática, é necessário voltarmos o olhar para os números que simbolizam o sofrimento advindo da LGBTfobia.

O estudo de Sobral e Loguércio (2021), afirma que, a partir de pesquisas que salientam as experiências de jovens LGBT+ em ambientes escolares, ressalta-se que a evasão escolar associada à jovens LGBTQIAPN+ que integravam tais ambientes foi se intensificando no decorrer dos últimos anos. Em destaque, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), apresentou em 2016 um relatório que evidencia quantitativamente as dificuldades no campo socioemocional de pessoas fora das normas binárias de gênero e sexualidade associadas ao contexto escolar no Brasil.

Em alguns dos dados constatados no estudo, é destacado que 60% dos estudantes expressam insegurança relacionada à escola por conta de sua orientação sexual e 43% se sentiam inseguros por causa de sua identidade/expressão de gênero. Além do sofrimento psicológico, o aspecto da violência física também aparecia de forma alarmante nos números apresentados, onde 27% dos estudantes LGBTQIAPN+ foram agredidos fisicamente por causa de sua orientação sexual, outros 25% foram agredidos fisicamente na escola por causa de sua identidade/expressão de gênero, enquanto 56% desses estudantes foram assediados sexualmente na escola (Sobral e Loguércio, 2021).

A partir do exposto, os autores ressaltam a urgência em se atentar aos números expressados no relatório, onde existe uma probabilidade maior de estudantes faltarem às aulas ou abandonarem de vez os estudos considerando a continuidade das agressões e a inércia/passividade por parte do corpo docente sobre tais fenômenos, destacando o fato de 42,4% das pessoas que responderam à pesquisa e que foram vítimas nestes ambientes, informaram à instituição tais ocorridos pelo menos alguma vez.

Tal índice nos permite refletir sobre o silenciamento da discussão sobre a temática e a falta de apoio das escolas em relação às situações de violências implícitas e explícitas associadas às discriminações e opressões de gênero e sexualidade. E com isso, o despreparo dos professores para auxiliar e tratar tais problemáticas na prática escolar, reforçando, mesmo não intencionalmente, a evasão escolar das pessoas gays, lésbicas, bi ou trans. Conforme dialogado por Lins, Machado e Escoura (2016) em que expõem o sentimento de expulsão da comunidade LBGT no ambiente escolar.

Para aprofundarmos na complexidade da problemática, é necessário perceber a existência de preconceitos estruturados e internalizados socialmente, especificamente sobre as relações entre gênero e sexualidade nas escolas. Para isso, voltamos o olhar para compreender a estruturação da política brasileira em relação à existência de pessoas LGBTQIAPN+.

O Brasil continua a liderar o *ranking* dos países que mais matam LGBTI+, de acordo com o levantamento do Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021, do Grupo Gay da Bahia (GGB), onde pelo menos um indivíduo da comunidade é assassinado a cada 34 horas. Reforçando este movimento, o Estado propôs uma revisão da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), em 2021, onde um novo ensino médio que rejeita e silencia as discussões sobre gênero e sexualidade em sala de aula é implementado. (Lenzi, 2023).

Dessa maneira, podemos contatar acerca da falta de instrução direcionadas à profissionais da educação para lidar com tais questões. No arquivo da BNCC de 600 laudas, a palavra “sexualidade” aparece apenas seis vezes e nenhuma está relacionada à diversidade sexual. Enquanto a palavra “gênero” aparece algumas vezes, mas relacionadas à gêneros literários apenas (Flores; Pacheco, 2022). Assim, podemos refletir que existe uma relação entre o despreparo da classe docente, gestores e corpo técnico das escolas para lidar com questões relacionadas às problemáticas sobre gênero e sexualidade, bem como o aumento da evasão escolar por parte da comunidade LGBTQIAPN+, que não se sentem contemplados, acolhidos ou sequer vistos.

Batista (2003) declara que a homofobia e a transfobia, assim como toda forma de violência e discriminação, aparecem com um mecanismo de biopoder que são reproduzidos nos

costumes e hábitos sociais, onde o medo aparece como resultante de tais fenômenos nos indivíduos que são reprimidos e considerados como fora da norma. Como resultado de tais práticas discriminatórias, o receio em ser violentado, segregado e negligenciado aparece como uma realidade potente que envolve aquilo que é internalizado e construído sobre o que é gênero e o que é sexualidade, resultando assim na fuga desses indivíduos "anormais" dos espaços sociais, dificultando a possibilidade dessas pessoas realizar-se naquilo que são, de forma autêntica à sua própria existência.

Todavia, as diferenças de gênero em si, podem ser entendidas como marco importante para os processos de exclusão dos espaços institucionais, tendo a identidade, a orientação sexual e a violência como fatores determinantes para a permanência, ou não, dos sujeitos nesses ambientes (Alves; Silva, 2016). Portanto, esses indivíduos necessitam do auxílio psicológico para se reestruturar cognitivamente, emocionalmente e socialmente. Esse suporte possibilitaria para essas pessoas o espaço para terem outras visões de si, do mundo e do futuro para poder se construir estratégias assertivas de enfrentamento, sobretudo pela proporção que a LGBTfobia vem ganhando (Ferreira; Ferreira, 2015).

Nesse interim, a psicologia vem produzindo teorias e ferramentas que podem auxiliar no fortalecimento de uma melhor qualidade de vida para a comunidade LGBTQIAPN+ e assim construir uma sociedade com mais respeito e empatia, considerando os padrões sociais, que tanto estigmatizam como discriminam. Sendo necessário também visualizar essas problemáticas em uma dimensão estrutural. Com isso, o profissional pode proporcionar diálogos acerca da desconstrução de preconceitos que invalidam o modo de vida de pessoas gays, travestis, transexuais e de todas as pessoas que se sentem pertencentes à um estilo de vida não-binário (Mello *et al.*, 2017).

Fundamentado no que já foi discorrido até aqui, o binarismo estrutural influencia diretamente na potencialização de práticas segregacionistas, de comportamentos discriminatórios e preconceituosos internalizados socialmente, onde tais condutas tendem a desconsiderar as múltiplas vivências e representações da diversidade de gênero e sexualidade em meio social. Então, dialogar sobre tais realidades em uma contemporaneidade progressivamente em desenvolvimento, é essencial para contribuir na desconstrução de ideologias e práticas fundamentalmente preconceituosas (Madureira, 2007).

4.1 BINARISMO ESTRUTURAL E CONSTRUÇÃO SOCIAL

Para entendermos a dinâmica que se estabelece entre as práticas segregacionistas e a dimensão de gênero e sexualidade, é necessário discutir a tendência dual que se apresenta na sociedade, onde há espaço para existir apenas em um molde, excluindo-se todo o resto, além da imposição em categorizar o que seria certo ou errado, bom ou mau. O gênero e a orientação sexual não fogem desta lógica, em que é imposto sobre ser homem ou mulher, gay ou hétero e todas as outras representações impostas a partir de uma fundamentação heterocisnormativa.

Em sua obra, Lapolli, Paranhos e Willerding (2022) dissertam acerca do binarismo estrutural como uma ideologia cristalizada em nosso inconsciente, ou seja, tendemos a reproduzir de forma quase instintiva e maquinal, ações e comportamentos que delimitam e determinam o sujeito através de uma óptica extremista e onde qualquer realidade alternativa às polaridades são desconsideradas.

Portanto, o binarismo estrutural propõe considerar uma faceta ou outra de algo, como por exemplo, as polaridades presentes nos conceitos como felicidade e tristeza, beleza e feiura e etc. Assim, a subjetividade e a autenticidade do sujeito são apontadas como algo fora da norma (Flores; Pacheco, 2022).

Contudo, tais concepções não são restritas à contemporaneidade e existem alguns elementos históricos que devem ser considerados para compreender as causas e os efeitos da binariedade, como alguns princípios religiosos, constituídos de dogmas que aparecem em forma de discursos escritos e verbais e que de forma simbólica, elucidam o raciocínio binário: céu e o inferno, Adão e Eva, morte e vida, Deus e o diabo, e entre outros exemplos (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022).

Portanto, é válido considerar que o cristianismo integra o maior número entre a população do Oriente Médio do mundo, sendo uma das religiões com mais fiéis. Portanto, a população brasileira sendo composta por 84% de cristãos (G1, 2020). Este dado mostra-se relevante para entendermos a contribuição de um princípio religioso para várias construções sociais (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022).

Sobre a construção social, se analisarmos separadamente a expressão, há o componente “construção” ou o ato de construir, que se associa às práticas desempenhadas para resultar em algo vigente. Já “social” está relacionado com a sociedade e as conexões que se estabelecem coletivamente. Assim, é compreendido então que ‘construção social’ seja algo semelhante a um aspecto geracional, como conceitos e ideologias que vão se expandindo e sendo apresentados nos relacionamentos, transmitido como algo normal e então sendo validados determinados comportamentos como comuns e corretos, por serem passados de geração em geração (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022).

É possível observar o espaço que as construções sociais ocupam nas relações, onde no contexto familiar se é ensinado e imposto que o papel do homem cis é trabalhar e casar-se com uma pessoa do gênero oposto, enquanto a mulher cis tem o propósito de casar-se com o seu marido em função de servi-lo. Todo esse esquema formado em cima de uma lógica binária para enquadrar as pessoas em uma construção social do que é família.

Portanto, a construção social também se apresenta em um nível inconsciente, onde vemos, falamos, agimos e nos vestimos de determinada forma até de forma mecanicista, operando sem perceber ou sequer explicar o motivo daquilo. É quando algo que é construído e imposto, torna-se cristalizado, fixo e automático em nosso inconsciente (Penna, 2014).

Um outro aspecto relevante para visualizarmos a construção social do binarismo seria o forte impacto da indústria comercial nas suas produções, por exemplo nas linhas de brinquedos e desenhos animados que transmitem uma mensagem direta e indireta de segregação dos gêneros. No século XX, onde iniciava a febre de vendas das bonecas Barbie, era é possível discutir a representação de gênero no lúdico e na cultura do entretenimento, ressaltando sua influência na formação da identidade de crianças, especialmente em termos de identidade e diversidade cultural (Cechin; Silva, 2012).

Nessa perspectiva, a boneca Barbie era comercializada exclusivamente para crianças do sexo feminino e construída a partir de estereótipos machistas sobre o que é ser mulher, como aquela figura que é sensível, feita para servir ao homem e o boneco Ken, construído também no mesmo sentido, feito para ser o “parceiro” da boneca, reforçando também os padrões de relações afetivo-sexuais heterocisnormativa.

Com isso, a sociedade consumista de tais produções, estas construídas em cima de valores binários, como por exemplo, meninas brincam de boneca e meninos com carrinhos, azul para meninos, rosa para meninas, príncipes e princesas nos contos de fadas e etc. Acabam dessa forma, por apoiar e reforçar a segregação de gêneros com o intuito de ensinar a supremacia de um tipo de corpo, etnia e comportamento, de acordo com tais valores e invalidando qualquer realidade que não siga esses padrões. Portanto, tendo em consideração o papel do lúdico na construção e estruturação do indivíduo em sua infância, optar por certos tipos de brinquedos e não outros, tem seu valor ideológico (Cechin; Silva, 2012).

Não obstante, o inconsciente social que fundamenta a segregação de gêneros, reproduz experiências já cristalizadas que vão além da infância e percorrem toda a trajetória de construção social do sujeito. Especificamente na perspectiva do contexto escolar, é neste ambiente que o sujeito se depara com as diferentes realidades sociais que divergem e integram

o ambiente, onde ações baseadas no binarismo estrutural tomam forma mais intensamente (Mendes, 2021).

Nesta superfície, a expressão de gênero se limita em uma tendência dual que não somente aparece em uma dimensão, mas de forma ampla e constante, onde os comportamentos em meio social, fardamentos e espaços como banheiros são designados a segregar e delimitar sobre o que é gênero e onde cada sujeito deve pertencer de acordo com uma normativa padronizada, fortalecendo estigmas e diferenciando/invalidando a diversidade existente nas perspectivas de gênero, sexualidade e sexo (Mendes, 2021).

Por isso, é urgente a necessidade de abordar e desconstruir esses processos opressivos que são transmitidos de forma estruturada, afetando diretamente a esses indivíduos que não se sentem pertencente aos espaços escolares devidos exclusões conscientes e inconscientes que tendem a discriminar a realidade desses sujeitos, seja pela forma de vestir-se, privando o seu transitar em determinados espaços, negligenciando o nome em que se identifica essa pessoa, assim como pronome a se referir, entre outras expressões que abarcam as perspectivas de gênero e/ou sexualidade e que surgem como fator relevante para determinar a permanência ou evasão dessas pessoas no espaço de educação (Mendes, 2021).

4.1.1 Proximidade entre os conceitos de gênero, sexualidade e sexo

Para falarmos de diferenças, precisamos falar de semelhança, como algo que corresponde a determinado modelo. Quando se fala em diferenças de uma forma mais simplista, disserta-se acerca de características ou escolhas que nos distanciam ou aproximam de determinado agrupamento, como a preferência por algo ou pela sua raça (Aquino, 1998).

Um dos fatores que distancia uma pessoa ou grupo, dos demais, é a comparação. Portanto, é disseminado um ideal que na maioria das vezes corresponde a algo dentro da norma por aquele grupo dominante, em que qualquer princípio que se distancia daquilo que é imposto como correto, é taxado, discriminado e excluído, consciente ou inconscientemente. (Aquino, 1998).

Na sociedade capitalista, classista, racista, heteronormativa e machista, esse modelo ideal corresponde a uma pessoa jovem do gênero masculino, branco, cristão, heterossexual, e física e mentalmente perfeito, belo e produtivo, onde este padrão ideal é superior a qualquer outro. Contudo, compete-se afirmar que esse mesmo padrão citado não é tão visto como ideal em comparação com algumas sociedades que não seguem o modelo eurocêntrico, como por

exemplo em comunidades indígenas, onde o homem branco não é tido como o detentor da verdade ou das coisas boas (Lapolli; Paranhos; Willerding, 2022).

Assim, o que seria o diferente e a norma, considerando um país predominantemente machista, misógino, LGBTfóbico (Sobral; Loguércio, 2021), e com a maioria da população sendo católica?! (G1, 2020). É notável que pessoas que não se identificam como pertencentes a esse padrão ideal determinado são excluídas socialmente. Por consequência, as pessoas trans, travestis, gays, lésbicas, gênero-fluídos e todas as demais não pertencentes à uma lógica binária e heterocisnormativa, são segregadas pelos grupos dominantes e marginalizadas (Aquino, 1998).

Entretanto, assim como existem as características que nos diferem, precisamos nos atentar também às similaridades para podermos então entender em totalidade as vivências e realidades desses indivíduos que naturalmente já são invalidados. Portanto, entende-se que o conceito de ‘sexo’ nem sempre é utilizado de forma assertiva pelo senso comum, onde este nada mais é do que o ato da relação sexual entre um ou mais corpos. Contudo, pode ser também relacionada à dimensão corporal e biológica e as características do corpo com o qual nascemos (Flores; Pacheco, 2022).

Então, a relação que se constrói socialmente entre o sexo biológico e o gênero na perspectiva do senso comum, descreve o sujeito com base na sua genitália como, necessariamente e determinadamente pertencente a uma classe de gênero binária: macho-fêmea, homem-mulher e masculino-feminino. Com isso, essa linha de pensamento corrobora para a invalidação da subjetividade e reforça processos opressores e discriminatórios. (Flores; Pacheco, 2022).

Além disso, é importante compreender a diferença entre identidade de gênero e expressão de gênero, sendo tanto a expressão quanto a identidade de gênero se distanciam do binarismo que relaciona o gênero ao biológico. Sobre os dois termos, podemos afirmar que:

É preciso fazer uma distinção entre os termos “expressão de gênero” e “identidade de gênero”, sendo a expressão a maneira com que a pessoa se apresenta externamente, como quer que os outros a percebam, como se comporta e como se posiciona por meio de roupas, acessórios, adereços, maquiagem, tatuagem, padrões de fala, linguagem corporal; e a identidade é o caminho com o qual uma pessoa se reconhece, que pode ou não estar de acordo com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento. (Diversity Bbox, 2020, p. 10 *apud* Flores; Pacheco, 2022, p. 10).

Logo, as dimensões de gênero e sexo possuem as suas semelhanças, mas também as suas diferenças e, caso não haja a devida atenção à tais perspectivas, é possível que ocorra a reprodução de comportamentos preconceituosos, como chamar uma mulher trans (identidade

de gênero) de *drag queen* (arte baseada em uma expressão de gênero) por conta da sua forma de se vestir, contudo esta não pratica a arte *drag*. Facilmente a identidade e a expressão de gênero podem ser confundidas, e mesmo que nada impossibilite uma artista *drag queen* de se identificar como uma mulher trans.

Para Flores e Pacheco (2022), dentro da dimensão de gênero existem as suas próprias particularidades que são relevantes serem ressaltadas. Entre elas, está o conceito de cisgeneridade, que pode ser entendido enquanto uma pessoa que se identifica com o sexo que nasceu. Já uma pessoa transgênero, condiz às pessoas que não se sentem pertencentes ao sexo em que nasceram, reafirmando seu gênero a partir da transição e também os vários gêneros não-binários que são vários, como gênero neutro, fluido, agênero, *queer*, andrógino, pangênero, entre outros.

Não obstante, considera-se que em cada cultura e sociedade, o gênero pode ser visto em uma perspectiva única, que também se distanciam dos padrões binários, o que nos permite refletir mais uma vez sobre o que é ser diferente. Exemplificando-se no que traz Flores e Pacheco (2022, p. 11), da possibilidade do “gênero two-spirits, ou dois-espíritos, comuns em comunidades indígenas norte-americanas; e no caso do gênero hijra, adotado em alguns países do sul da Ásia como gênero oficial e não o binarismo homem-mulher”.

Já a orientação afetivo-sexual refere-se a quem você sente ou não atração emocional e sexual. A atração sexual é entendida como um desejo entre uma pessoa, duas ou mais pessoas que pode ou não envolver o corpo e os órgãos genitais. As práticas emocionais estão relacionadas a relações com práticas sexuais que não envolvem necessariamente convenções heteronormativas impostas. Mas estar conectado a outra forma de estar no mundo e expressar afeto. Portanto, na dimensão dos relacionamentos afetivo-sexuais, apresentam muitas maneiras de sentir atração e/ou entrar em relacionamentos (Flores; Pacheco, 2022).

Podemos entender as relações afetivo-sexuais em duas perspectivas; da cisgeneridade e da transgeneridade, no sentido onde a primeira condiz as relações por uma pessoa de corpo e genital diferentes, condizentes a heterossexualidade. Ainda também, pessoas com corpo/genital e gêneros iguais, condizentes a homossexualidade; ambos corpos/genitais e gêneros (bissexualidade), onde não existe a atração por nenhum, ambos corpos e genital (assexual) e a atração por pessoas sem determinação específica de corpo e gênero, que condiz a pansexualidade.

Na perspectiva da não-binaridade e/ou da transgeneridade, as características sexuais e a identidade de gênero não aparecem nessa dimensão como algo que pode ser determinante para uma pessoa se atrair ou não por outra, rompendo assim a lógica das relações binárias feminino-

masculino. Sendo assim, a genitália não determina a orientação afetivo-sexual (Flores; Pacheco, 2022).

Na Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 08/2022, aparece a divulgação de conceitos ainda não popularizados como a monossexualidade e não monossexualidade. Segundo o documento, as orientações sexuais não monossexuais são aquelas cujas atrações sexuais são direcionadas a mais de uma identidade de gênero. Dentro deste espectro de sexualidades, podemos incluir bissexualidade, pansexualidade e sexualidades fluidas. Portanto, podemos entender a heterossexualidade e a homossexualidade como orientações sexuais “monossexuais”, pois são orientações cujos desejos são direcionados apenas para uma identidade de gênero.

Tais conceitos que englobam a diversidade de gênero e sexualidade são essenciais para a construção da atuação do profissional da psicologia no contexto escolar, pois expandem e auxiliam na desconstrução da visão construída no senso comum, fundamentada no binarismo, de que existe um padrão normal e um desviante, sendo este último invisibilizado e oprimido na realidade social e especificamente de forma constante dentro das escolas (Dias, 2023).

5 “NÓS ESTAMOS AQUI”: A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO ESCOLAR DIANTE DAS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE

Em uma perspectiva cronológica, os psicólogos escolares direcionavam sua prática para ações higienista e limitavam-se efetivamente a investigar aspectos relacionados com dificuldades de aprendizagem curriculares. As intervenções psicológicas seguiam um modelo clínico nas escolas, diagnosticando e encaminhando alunos com distúrbios comportamentais, desatenção, problemas disciplinares, deficiências mentais e intelectuais, problemas de ruptura familiar e outras causas de fracasso escolar (Mitijáns-Martinez, 2005).

Em contraposição a esse modelo de atuação que limitava a prática psicológica, as discussões científicas contemporâneas da psicologia educacional problematizam esses antigos paradigmas e voltam o olhar para um modelo preventivo de atuação sobre as situações que surgem nos ambientes escolares com o propósito de ampliar o âmbito da atuação escolar e contemplar os sujeitos que integram aquele ambiente, auxiliando na desconstrução de atos opressivos nas instituições de ensino (Mitijáns-Martinez, 2005).

Para entendermos esses processos que repelem a comunidade LGBTQIAPN+ do contexto escolar de forma estrutural, precisamos nos direcionar para os tipos de exclusões, onde de acordo com o francês Robert Castel (1997 *apud* Gentili, 2007, p.28), existem três: a supressão

completa de uma comunidade, os mecanismos de confinamento ou reclusão e a exclusão que segrega incluindo. Mais especificamente, a exclusão que segrega incluindo pode ser entendida como uma forma invisível de exclusão, onde os sujeitos são vistos como inclusos na sociedade, mas do ponto de vista da equidade, não são lhes dadas condições de convívio social (Gentili, 2007).

É comum nos depararmos com indivíduos em situações vulneráveis e sub-humanas, onde se torna tão presente no cotidiano que acaba se tornando banal. E com isso, é possível ver a criação de políticas e programas de ajuda que demonstram consciência do problema, mas torna-se uma realidade discutida, mas não percebida na prática (Gentili, 2007). Portanto, teoricamente a comunidade LGBTQIAPN+ é aceita nos ambientes escolares, mas as suas realidades e necessidades não são compreendidas e muito menos respeitadas.

O problema da exclusão social é colocado em pauta e as políticas visam superar esta situação, no entanto, este foco na resolução do problema acaba por obscurecer a preocupante realidade das visões normalizadoras, tornando mais difícil a compreensão das reais necessidades da realidade atual (Gentili, 2007).

Dessa forma, podemos perceber o psicólogo escolar como um agente que deve buscar reconhecer a totalidade do sujeito que está inserido nesse contexto e que com isso, precisa ser priorizada as diversas possibilidades de uma educação que atua de forma integral, utilizando de todos os elementos existentes no percurso de ensino e de aprendizagem para compreender o indivíduo existente nessa instituição, se atentando em como o individual dialoga com o coletivo e dinamizando a promoção de bem-estar aos sujeitos que contemplam a realidade escolar, se distanciando de um modelo paradigmático de doença e problemas restritos ao fracasso escolar (Arruda, 2018).

A Resolução nº 001/99 (CFP, 1999) discorre que as psicólogas devem obrigatoriamente contribuir através de seu conhecimento para fazer reflexões sobre os preconceitos existentes para com a comunidade, e atuarem no intuito de erradicar os pensamentos que dizem que essas pessoas possuem patologias por conta da sua orientação afetivo-sexual e gênero. Se faz necessário como profissional, pensar e ressaltar que esses espaços precisam ser de inclusão e integração, e o respeito também perpassa pelo olhar e pela importância do profissional da psicologia que circula nesses ambientes.

O documento também afirma que as práticas psicológicas que visam “curar, tratar, converter e/ou mudar a orientação sexual de pessoas bissexuais” não são eticamente viáveis, onde é destacado no art. 6º que os psicólogos e psicólogas estão proibidos de realizar

processos de conversão, reversão, reajuste ou redirecionamento com pessoas bissexuais e não monossexuais no contexto de psicoterapia ou na prestação de serviços psicológicos.

Além disso, com o propósito de desconstruir estereótipos e discursos que estão enraizados socialmente, a Resolução CFP nº 08/2022 é incorporada em mais uma ferramenta que inviabiliza a ideia de que existe apenas um destino sexual considerado normal e positivo. Nesse sentido, o documento amplia formalmente a legitimidade da diversidade sexual que não se conforma e/ou não se enquadra nos parâmetros da matriz heterossexual e da heteronormatividade.

Ademais, é também salientado pelo Conselho Federal de Psicologia, a partir da Resolução nº 01/2018, algumas diretrizes onde os psicólogos, psicólogas e psicólogues devem se atentar na execução de sua prática, onde especificamente é detalhado que em todos os campos de atuação profissional, a psicologia deve contribuir com a eliminação da transfobia e de preconceitos relacionados às pessoas transexuais e travestis.

Nesse mesmo viés, a resolução supracitada ainda aponta que na prática profissional, a psicologia não pode ser conivente ou se omitir diante situações de discriminações ou utilizar qualquer instrumento ou técnica psicológica para criar, manter ou reforçar preconceitos ou discriminações em relação às pessoas transexuais e travestis, assim como também toda a diversidade de gênero e sexualidade que deve ser respeitada e validada pelo profissional da psicologia (Dias, 2023).

Além das questões destacadas, a Resolução nº 08/2022 expressa que a vivência da bissexualidade e de outras orientações sexuais não monossexuais deve ser compreendida não apenas a partir de uma perspectiva sexual, mas, principalmente, na conjunção que esta dimensão estabelece com outros marcadores sociais de diferença e desigualdade, como território, raça, etnia, classe, geração, deficiência, identidade e expressão de gênero.

Considerando o contexto social contemporâneo, especificamente da realidade brasileira que aparece como o país que mais mata travestis e transexuais do mundo e possui altos índices de LGBTQIA+fobia, as ferramentas especificadas como fundamentais para a prática da psicologia, possuem uma relevância urgente para a concretização de mudanças sociais necessárias para a desconstrução de processos opressivos e discriminatórios direcionados à comunidade LGBTQIAPN+ e destacam que a psicologia comprometida com os direitos humanos, a dignidade e a cidadania não pode evitar tais debates (Dias, 2023).

A partir deste raciocínio, é possível pensar a necessidade da psicologia em se impor nas defesas e validação das demais realidades que não se encaixam no modelo heterocisnormativo que é estabelecido socialmente. Nesse sentido, as ferramentas de psicoeducação são

fundamentais para garantir a desconstrução de ideologias segregacionista e divulgar as informações de qualidade, combatendo distorções, estereótipos e inverdades que circulam sobre a população LGBTQIAPN+ (Flores; Pacheco, 2022).

Essa atuação deve ser pautada na construção de um espaço seguro, onde possa ser permitido a convivência social da diversidade existente e é isso que faz com que esses ambientes sejam propulsores de organizações de grupos e de indivíduos capazes de compreender o ambiente e a sociedade de forma muito mais coletiva do que individual (Maluf, 2003). Portanto, a presença da psicóloga escolar configura-se a partir da necessidade do suporte para o sujeito em suas mais diversas representações, e é a partir disso que podemos abordar o contexto escolar como um dos principais espaços cabíveis da atuação da psicologia (Patto, 2015).

Alguns autores afirmam que as tantas demandas emergentes nesse espaço, como dificuldades nas interações com demais indivíduos, questões de gênero e sexualidade, e problemas de aprendizagem, são apenas alguns dos fatores que podem surgir como desencadeadores de conflitos no contexto escolar, que se podem se manifestar de forma intensa. Enquanto Andrada (2005) discorre acerca da contribuição dessa profissional como o suporte à equipe pedagógica, já que configura-se enquanto uma atuação presente no cotidiano da escola, nas reuniões de conselho de classe, onde a participação poderá colaborar para novas perspectivas e dimensões dos alunos, evitando rótulos e estigmas, colaborando no processo de desconstrução de preconceitos e pré-diagnósticos errôneos e ampliando as hipóteses sobre as diversas situações, surgindo assim as estratégias de intervenções colaborativas.

As dinâmicas grupais para se trabalhar temáticas relevantes que emergem das demandas presentes nas escolas, também se mostra indispensável, pois, como define Lewin (1978), o trabalho grupal permite a compreensão não somente da junção daqueles indivíduos e suas questões, como também de demais fatores que complementam aquelas realidades de forma geral. Sendopossível proporcionar um espaço que pode ser mais confortável e respeitoso para o sujeito se debruçar sob suas questões, já que ele pode visualizar demais indivíduos passando por questões iguais ou semelhantes com as dele, e assim o diálogo por identificação pode proporcionar o surgimento de estratégias em grupo, mas que contemplam o individual. (Arruda, 2018).

Dessa forma, alguns autores como Vigotsky (1993), destacam que uma das principais deficiências da psicologia tradicional é dissociar as dimensões cognitivas e afetivas nas suas práticas e objetos de estudo, sendo as duas perspectivas fundamentais para entender os processos educacionais do sujeito a partir de seus interesses pessoais, autoconceitos, necessidades e inclinações.

Dentro do espaço escolar, Vygotsky acreditava que as relações sociais desempenham um papel vital no processo de desenvolvimento, pois a escola também cumpre a função de fornecer elementos facilitadores que não se limitam à construção do conhecimento, mas estão relacionados à constituição do ser em sua totalidade (Vygotsky, 2007).

Nesse sentido, sustentamos que ao reconhecer os processos afetivos como aspectos importantes e necessários da mediação pedagógica, o psicólogo escolar pode valer-se desses elementos para ampliar seu papel e suas possibilidades de atuação no espaço de sala de aula. O psicólogo passou, portanto, a buscar novos recursos metodológicos para orientar sua prática relacionada aos fatores emocionais presentes no ambiente escolar e isso se faz completamente relevante na construção da relação entre aluno e professor, sendo este último um importante mediador e facilitador do processo de aprendizagem (Gaspar & Costa, 2011).

As ações da psicologia no contexto escolar mostram-se também como ponte reforçadora da relação indivíduo-escola-família, que poderá surgir para auxiliar as intervenções. O fazer psicológico compreende que os entrelaces familiares são importantes para contextualizar a totalidade do indivíduo, já que muitas questões podem advir de relacionamentos familiares, de forma direta ou indireta (Arruda, 2018).

Este fato justifica-se, pois, uma das funções da família é a transmissão dos seus costumes, crenças e hábitos, onde primordialmente os casais homoparentais tendem a transmitir os seus valores, como se dão as interações, o que é certo ou errado, fazendo com que o sujeito se depare com orientações sobre qual papel deve ocupar em sociedade, onde muitas vezes é neste espaço que o indivíduo se depara com os valores empregues pelo binarismo estrutural na perspectiva de gênero e sexualidade (Prado, 2017).

Com isso, essa transferência de valores das famílias poderá vir somada a ideologias que podem não fazer sentido para a realidade do sujeito, quando este se deparar com as vivências em sociedade, onde isso poderá ocasionar um considerável desconforto ou até mesmo sofrimento psíquico. Como discorre Rolfsen (2008), a necessidade de contatar os pais ou cuidadores daquele aluno em situações de sofrimento em um contexto escolar, com o objetivo de identificar e assimilar as questões ligadas a essa relação familiar é de suma importância, assim como também para compreender outros fatores da história de vida daquele sujeito que podem ser relevantes, informações essas que podem ser melhor identificadas através dos familiares. Portanto, o trabalho com a família envolvendo orientação e psicoeducação, poderá vir a somar no processo de cuidado com aquele aluno, a prevenir e promover a saúde mental do sujeito, estimulando o cuidado conjunto com sua rede de apoio (Andrada, 2005).

Também de acordo com o conselho Federal de Psicologia (CFP, 1992), algumas práticas que podem ser entendidas como responsabilidades do psicólogo escolar dentro do contexto educacional, incluindo: trabalhar com os professores para adaptar conhecimentos psicológicos que lhes sejam úteis no desempenho reflexivo do seu papel; desenvolver atividades com fins preventivos e corretivos em conjunto com os participantes nos trabalhos escolares; desenvolver e implementar atividades destinadas a compreender as demandas dos alunos, relações docentes visando estabelecer métodos de ensino propícios à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos por meio de ações coletivas e interdisciplinares; participar dos trabalhos das equipes de planejamento instrucional, currículo e política educacional com foco em processos relacionados aos aspectos de desenvolvimento humano, aprendizagem e relações interpessoais, bem como a participação na avaliação e ajuste de práticas educativas, etc.

Nesta perspectiva, a responsabilidade dos psicólogos escolares é trabalhar em conjunto com os professores e com a escola em sua composição total, através de conhecimentos psicológicos que lhes sejam úteis no cumprimento reflexivo dos seus papéis. A atividade de orientação individual engloba esse foco, enquanto a orientação em grupo para professores também pode ser entendida como mais uma atividade desenvolvida pelos psicólogos escolares como modo de atuação diante das necessidades, seja no ângulo preventivo ou resolutivo (Fonseca, 2018).

Portanto, as instituições de ensino devem ser vistas como interlocutores importantes na aquisição e produção de conhecimento, independentemente do grupo. No entanto, a resistência em considerar os direitos destas minorias de sentirem que pertencem a este ambiente e de integrar as perspectivas de gênero e de diversidade nos currículos, diretrizes e políticas educativas continua a ser um desafio. Nesta perspectiva, o ensino não cumpre o papel político de desconstruir esta resistência e, em última análise, ignora questões de gênero e sexualidade (Martins; Lopes, 2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Face ao exposto, cabe ressaltar que a psicologia escolar possui uma relevante importância psicossocial para a desconstrução de processos opressivos e discriminatórios, podendo contribuir de diversas formas, inclusive considerando a dificuldade dos professores e corpo docente no deparar-se com a diversidade nos ambientes escolares e estabelecendo a atuação do psicólogo escolar como um agente político neste contexto.

Então, percebe-se a necessidade do trabalho de formação dos professores no campo da sexualidade, oportunizando a dissociação de estigmas cristalizados e ponderando o fato de as questões que envolvem gênero e sexualidade não devem ser entendidas como desvinculadas

da vida e da formação do sujeito. Portanto, existe um sistema governamental atuante que desconsidera e invisibiliza a diversidade de gênero e sexualidade, o que reforça o despreparo das escolas para lidar com tais realidades. Além disso, os atravessamentos de gênero, raça, classe social, religiosidade, perspectivas de vida e relacionamentos são todos fatores que compõem a personalidade e comportamento desses indivíduos, então devem ser compreendidos em totalidade.

Diante das diferentes contribuições apresentadas, o trabalho com a família das pessoas LGBTQIAPN+, torna-se fundamental para reforçar esse duplo vínculo escola-aluno, pois é a partir dessa relação que se pode abordar a realidade desse jovem e, não obstante, auxiliar na desconstrução de preconceitos no contexto intrafamiliar. Para tanto, a atenção direcionada ao próprio aluno é indispensável, tendo em vista que o desenvolvimento dos trabalhos em grupo e escutas ativas livre dos preconceitos comumente associados às dimensões de gênero e sexualidade, conseqüentemente produz a base para o acolhimento desses sujeitos como pessoas com direitos sexuais e liberdade de expressão.

Sobretudo, a compreensão científica contemporânea sustenta que a homossexualidade, outras orientações não-heterossexuais e a transexualidade não são consideradas doenças, mas sim variações normais na orientação sexual e na identidade de gênero. Portanto, não se trata de uma questão de opinião ou de posição pessoal, mas sim princípios que os profissionais de psicologia devem desconstruir esta ideologia discriminatória com base em evidências a partir de um posicionamento ético e político. (Ceccarelli, 2008).

Os autores referenciados também discutem a relação entre binarismo e dimensões de gênero, onde uma mulher trans ou travesti não é reconhecida como mulher pela sociedade e seu corpo e suas experiências são violadas diariamente, sendo assim, nunca vistas ou consideradas da mesma forma de outras mulheres que possuem corpo/genitais inerentemente femininos. Portanto, é necessário compreender o gênero não como algo inato, mas como reconhecimento, pertencimento e construção.

Por fim, o desenvolvimento de pesquisas levanta preocupações sobre a inclusão da diversidade nos artigos científicos, agora na perspectiva da linguagem escrita desses trabalhos acadêmicos. Nesse sentido, nota-se que a maioria ou quase todos os artigos publicados segundo determinados critérios, não incluem pessoas que não se enquadram no padrão binário de pronomes e modos de tratamento. Ou seja, a inclusão e a visibilidade de que tanto se fala nesse presente trabalho, ainda são limitadas e não são efetivamente concretizadas, aumentando assim o distanciamento entre a comunidade LGBTQIAPN+ e a educação.

REFERÊNCIAS

50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha. **Portal G1**. 13 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.ghtml>. Acesso em: 10 set. 2023.

ALVES, Rita de Cássia Dias Pereira; SILVA, Elder Luan dos Santos. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativas de estudantes não heterossexuais na UFRB. **GÊNERO**, Niterói, v.17, n.1, 2016.

ANDRADA, Edla Grisard Caldeira de. Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar. **Psicologia: reflexão e crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 2005.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 8. ed. São Paulo: Summus, 1998.

ARRUDA, Rita Cássia; OLIVEIRA, Tawany Caroline. A atuação do psicólogo no contexto educativo: contribuições à psicologia escolar. **TCC-Psicologia**, 2018.

AUGUSTO, Cleicle Albuquerqu *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, 2013.

BASTOS, Cleverson; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender: Introdução à metodologia científica**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos Em Contabilidade - Teoria E Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos HumanizaSUS - Volume 4: Humanização do parto e do nascimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CECCARELLI, Paulo Roberto. A invenção da homossexualidade. **Revista Bagoas - Estudos Gays: gênero e sexualidades**, Natal, v. 2, n. 2, 2008.

CECHIN, Michelle Brugnera Cruz; SILVA, Thaise da. Assim falava Barbie: uma boneca para todos e para ninguém. **Fractal: Revista de Psicologia**, Niterói, v. 24, n. 3, 2012.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (1992). Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil. Brasília: CFP. Acesso em 04 de Novembro de 2023 de http://site.cfp.org.br/leis_e_normas/atribuies-profissionaisdo-psicologo-no-brasil/.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo. **Resolução CFP nº 10/05**. Brasília, 21 de julho de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. **Resolução CFP nº 001/99**. Brasília, 22 de março de 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para POPULAÇÃO LGBTQIA+**. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia, 2023.

COSTA-LOPES, Rui *et al.* A construção social das diferenças nas relações entre grupos sociais. *In*: CABRAL, Manuel Villaverde; WALL, Karin; ABOIM, Sofia; SILVA, Filipe Carreira da. (Org.). **Itinerários: A investigação nos 25 anos do ICS**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2008. p. 769-790.

DIAS, Gabriel Lucas Baessa; GONZAGA, Paula Rita Bacellar. A Psicologia no “Vale”: Da patologização na práxis psicológica à implicação política sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+. **Mosaico: Estudos em Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 4-24, 2023.

FACCI, Marilda Gonçalves Dias. A intervenção do psicólogo na formação de professores: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. *In*: MARINHO-ARAÚJO, Claisy Maria. (Org.). **Psicologia Escolar: novos cenários e contextos de pesquisa, formação e prática**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2015. p.17-44.

FERREIRA, Cristiano Cavalcante; FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde. Vivências escolares de jovens homossexuais afeminados: estratégias de resistência e permanência. **Revista Tópicos Educacionais**, Recife, v. 21, n. 2, 2015.

FONSECA, Thaisa da Silva; FREITAS, Camila Siqueira Cronemberger; NEGREIROS, Fauston. Psicologia escolar e educação inclusiva: A atuação junto aos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 427-440, 2018.

FLORES, Bruno; PACHECO, Eduardo Guedes. Por uma educação fora do armário: Um olhar para o Gênero, o Sexo, a Sexualidade e a Binariedade. *Revista da FUNDARTE*, Montenegro, v. 52, n. 52, 2022.

GASPAR, Fernanda Drummond Ruas; COSTA, Thaís Almeida. Afetividade e atuação do psicólogo escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 15, p. 121-129, 2011.

GENTILI, P. Educar na esperança em tempos de desencanto / Pablo Gentili, Chico Alencar. – 7. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007

HEREK, Gregory M.; GARNETS, Linda D. Sexual orientation and mental health. **Annual Review of Clinical Psychology**, Palo Alto (Estados Unidos), v. 3, 2007.

LAPOLLI, Édis Mafra; PARANHOS, William Roslindo; WILLERDING, Inara Antunes Vieira. **DIVERSIDADES: o bê-á-bá para a compreensão das diferenças**. 1. ed. Florianópolis: Pandion, 2022.

LENZI, Maria Helena; GONÇALVES, Tiago Cargin; GASTALDI, Alexandre Bogas Fraga. Dossiê de Mortes e Violências Contra LGBTI+ no Brasil em 2021: Uma Análise da Dimensão Espacial da Violência. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 14, n. 1, 2023.

LEWIN, Kurt. **Problemas de Dinâmica de Grupo**. São Paulo: Cultrix, 1978.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MADUREIRA, Ana Flávia do Amaral. **Gênero, sexualidade e diversidade na escola: a construção de uma cultura democrática**. 2007. 429 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MALUF, Maria Regina. Formação e atuação do psicólogo na educação: dinâmica de transformação. *In*: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Org.). **Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 195-249.

MARTINS, Luiz Guilherme; LOPES, Nataly. Gênero: Questão Sociocientífica no Ensino de Ciências. *In*: XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC, 11., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônico** [...] Florianópolis: UFSC, 2017. p.56-60.

MELLO, Flávia Carvalho Malta *et al.* A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, A prática de bullying entre escolares brasileiros e fatores associados, Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, 2017.

MENDES, Tayná et al. Azul ou rosa? A segregação de gênero no ensino superior brasileiro, 2002-2016. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Reflexividade como étnos da pesquisa qualitativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, p. 1103-1112, 2014.

MITJÁNS-MARTINEZ, A. Práticas emergentes em Psicologia Escolar. Em A. Mitjáns-Martínez, Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos, novas práticas. Campinas, SP: Alínea, 2005.

OLWEUS, Dan. School Bullying: Development and Some Important Challenges. **Annual Review of Clinical Psychology**, Palo Alto (Estados Unidos), v. 9, 2013.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebeldia**. 4. ed. São Paulo: Intermeios, 2015.

PENNA, Carla. **O Inconsciente Social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

PESCE, Renata P. *et al.* Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 20, n. 2, 2004.

PRADO, Danda. **O que é família - Primeiros Passos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ROLFSEN, Andréia Bevilacqua. **Elaboração e avaliação de um programa de intervenção psicopedagógico para orientação de pais de crianças com dificuldades de aprendizagem PPOP**. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.

SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002.

SOBRAL, Priscylla Helena Alencar Falcão; LOGUÉRCIO, Rochele Quadros. LGBTfobia, Evasão no Ensino e Implicações com a Educação em Ciências. *In*: Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XIII ENPEC, 13., 2021, Caldas Novas. **Anais Eletrônico** [...] Caldas Novas: Realize, 2021. p. 1-7.

VIGOTSKY, L. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores (7ª edição. São Paulo: Martins Fontes), 2007.

VIGOTSKY, L. S. Um estudo experimental da formação de conceitos. Em L. S. Vigotsky, *Pensamento e Linguagem* (pp. 47- 51). São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; SOUZA, Flora Lima Farias de; QUEIRÓZ, Kelly Jessie Marques. Quando a escola recorre à psicologia: mecanismos de produção, encaminhamento e atendimento à queixa na alfabetização. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2010.